

## Ministério da Fazenda vai suspender operação de sites de apostas sem autorização a partir de outubro

O Ministério da Fazenda anunciou que as empresas de apostas de quota fixa que não solicitaram autorização para operar terão suas atividades suspensas a partir de 1º de outubro. A medida, publicada nesta terça-feira (17) no Diário Oficial da União, permite que apenas as empresas que já estão em operação e solicitaram autorização até 16 de setembro continuem funcionando até o fim de dezembro. A partir de outubro, as empresas que não cumprirem o prazo para pedir autorização serão consideradas ilegais, estando sujeitas a multas de até R\$ 2 bilhões. Os sites que operarem sem autorização serão retirados do ar, e qualquer atividade será considerada uma infração até que a liberação formal seja concedida pelo governo. Empresas que solicitaram a autorização, mas ainda não iniciaram suas operações, só poderão começar a funcionar a partir de janeiro de 2025, caso cumpram todos os requisitos exigidos pela Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda. O objetivo é que o mercado regulado de apostas esportivas no Brasil esteja em pleno funcionamento no início de 2025, com todas as empresas atuando dentro da lei. Para obter a autorização, as empresas aprovadas precisarão pagar uma outorga de R\$ 30 milhões até o final deste ano, o que permitirá que explorem até três marcas por um período de cinco anos. Empresas que solicitaram um pedido extra poderão explorar até seis marcas, se forem aprovadas. Além do pagamento da outorga, as empresas terão que seguir regras rigorosas de combate à fraude, lavagem de dinheiro e publicidade abusiva. Segundo a Fazenda, as empresas em atividade que já pediram autorização têm até

30 de setembro para fornecer informações sobre suas marcas comerciais e sites durante o período de adequação. A partir de janeiro, todos os sites autorizados deverão utilizar o domínio brasileiro “.bet.br”, que indicará que estão legalizados. As empresas que não solicitaram autorização até a data limite estão proibidas de oferecer apostas de quota fixa, mas terão até 10 de outubro para manter seus sites no ar, permitindo que apostadores saquem seus recursos. A partir de 11 de outubro, esses sites serão retirados do ar, em uma ação conjunta entre o Ministério da Justiça, o Banco Central e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O secretário de prêmios e apostas, Regis Dudena, destacou que a decisão tem como objetivo coibir a atuação de empresas que utilizam as apostas esportivas e jogos online para cometer fraudes e lavagem de dinheiro. Ele ressaltou que a pasta manterá o período de adequação até o fim de dezembro para empresas que demonstraram interesse em se adequar à legislação vigente. Além disso, o governo pretende implementar mecanismos para proteger apostadores compulsivos e criar um ambiente mais seguro para o público. Até o final de agosto, 108 empresas de apostas já haviam solicitado autorização para operar no Brasil. Se todas forem aprovadas, a previsão é que o governo arrecade até R\$ 3,4 bilhões ainda este ano, com o pagamento das outorgas. A partir de 2025, além da autorização prévia da SPA, as empresas de apostas deverão ter sede no Brasil e ser constituídas como sociedades empresárias limitadas (LTDA) ou anônimas (S/A), com pelo menos 20% do capital social sendo detido por brasileiros.

## MDIC quer ampliar Programa Reintegra a partir de 2025, diz Geraldo Alckmin

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, disse nesta terça-feira (17) que a pasta está trabalhando para ampliar, a partir de 2025, o programa Reintegra, que permite que as empresas exportadoras recebam de volta parte dos valores pagos em impostos. De acordo com Alckmin, o programa será feito em etapas. Na primeira fase de ampliação do programa, que está sendo chamada de Reintegra de Transição, apenas as pequenas empresas deverão ser beneficiadas. "Começaremos pelos pequenos, a meta é o ano que vem. É o que eu chamo de Reintegra de Transição, porque isso vai acabar com a reforma tributária. Na hora em que tivermos a reforma tributária toda em vigência, não terá mais cumulatividade de crédito. Mas, até lá, estamos trabalhando para fazer um Reintegra de Transição, começando com as pequenas empresas", disse ele, ao participar da abertura do congresso da Associação



O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que está trabalhando para ampliar, a partir de 2025, o programa Reintegra

Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), por meio de videoconferência. Durante apresentação aos empresários, Alckmin também destacou a reforma tributária, que está em fase de regulamentação no Senado. “A reforma tributária desonera, simplifica e tira cumulatividade. Então ela deve estimular investimentos e exportação”, disse ele, citando que previsões do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, em 15 anos, a reforma tributária poderá aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em 12%, além de impulsionar os investimentos em 14% e as exportações em 17%. Em seu discurso, o vice-presidente falou ainda sobre o programa de depreciação acelerada para compra de máquinas e equipamentos, estimulando novos investimentos e a

modernização industrial. “Sobre a depreciação acelerada, já foi feita a portaria interministerial e ela já está aberta para receber as propostas para compra de máquinas, equipamentos e aparelhos”. Segundo ele, serão R\$ 3,4 bilhões em créditos financeiros, sendo metade neste ano e metade no ano que vem”, falou. Nesta segunda-feira (16), a Abimaq divulgou uma nota para criticar um possível aumento na taxa básica de juros (Selic). O índice será divulgado amanhã (18) pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para a entidade, o Copom deveria manter o atual patamar da Selic ou até iniciar um processo de flexibilização. “Essa elevação pode trazer sérios riscos ao país, especialmente em um contexto em que a política monetária já se encontra em terreno restritivo, as previsões de crescimento para os próximos anos são fracas e o cenário internacional aponta para afrouxamento monetário e deflação chinesa, escreveu a Abimaq.

(AGÊNCIA BRASIL)

## Lula decidirá nesta semana sobre o retorno do horário de verão

O presidente Lula deve decidir ainda esta semana se o horário de verão será reinstaurado no Brasil. A proposta surge em meio a uma grave seca que está reduzindo os níveis dos reservatórios das hidrelétricas

e aumentando o consumo de energia elétrica. O horário de verão foi abolido em 2019, com a justificativa de que a economia de energia era mínima. Durante o horário de verão, os relógios são adiantados em uma hora,

reduzindo a necessidade de iluminação elétrica e aliviando a demanda sobre o sistema de energia. Lula está aguardando os estudos finais da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Operador

Nacional do Sistema (ONS) antes de tomar uma decisão. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, indicou que sua pasta deve recomendar a volta do horário de verão para aumentar a segurança do sistema elétrico.

## Senador do RS lamenta queimadas e alerta para gravidade da situação

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou, em pronunciamento ontem, que as queimadas que atingem o Brasil chegaram a um patamar “gravíssimo”, com quase 12 milhões de hectares consumidos pelo fogo em 2024. O parlamentar destacou que 70% dos incêndios aconteceram em áreas de vegetação nativa, o que representa um ataque direto ao patrimônio ambiental do país.

“A fumaça afeta a qualidade do ar, agravando problemas respiratórios, cardiovasculares, a saúde como um todo é afetada. A perda da biodiversidade é incalculável. Animais estão morrendo queimados e agricultores sofrem perdas gigantescas, os quilombolas, os indígenas. As respostas precisam ser imediatas e enérgicas. A responsabilidade recai sobre a sociedade e os Poderes,

ninguém pode se omitir numa hora dessas”. Paim destacou que, segundo a Polícia Federal, parte dos incêndios é resultado de ações coordenadas, com suspeita de origem na maioria dos estados. Segundo o senador, mais de 50 inquéritos foram abertos e 17 prisões realizadas. O parlamentar lembrou que o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou créditos

extraordinários para enfrentar os incêndios. Segundo Paim, o governo federal está traçando um plano de emergência de combate às queimadas. O senador afirmou que as medidas serão levadas pelo presidente da República, para a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) na próxima semana.

(COM AGÊNCIA SENADO)

### PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAJAÚ

**AVISO DE REABERTURA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2024 – CPL/PMG. PROC. Nº 6091/2024.** A Prefeitura Municipal de Grajaú – MA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados e licitantes participantes a reabertura da Sessão de Licitação cujo objeto é a **Registro de preços para aquisição de projetos pedagógico e paradidático, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Grajaú-MA, às 15h:30min do dia 18 de setembro de 2024.** A sessão pública acontecerá pelo site: <https://www.licitagrajauma.com.br/>. Marair Borges de Araújo – Agente de Contratação (Pregoeira) – Grajaú-MA, 17 de setembro de 2024.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ZÉ DOCA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2024.

**Aviso de Licitação.** Torna público que fará realizar através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, comunica que no dia 02/10/2024 às 09:00 horas, realizará licitação na modalidade Pregão sob a forma Eletrônica, pelo sistema de REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no modo de disputa ABERTO, cujo objeto para eventuais aquisições de peças veículos pesados e serviço arqueamento e mola para atender as demandas de manutenção da frota de veículos automotores para o Município de Zé Doca - MA; Modo Sistema de Registro de Preços- ARP, disputa aberto. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados onde poderá ser consultado e/ou obtido; pelo portal da transparência do município: <http://www.transparencia.zedoca.ma.gov.br/> e também disponível no mural de licitações do TCE/MA. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na prefeitura municipal, no horário de expediente ou pelo e-mail [cplzedoca@outlook.com](mailto:cplzedoca@outlook.com), [www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp), <https://licitanet.com.br/> e pelo telefone (098) 981217676. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações. 14 de setembro de 2024. Francisco Van Hallen Lucas Maciel de Sousa - Ordenador de Despesa Portaria 010/2023. Secretário Municipal de Administração.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM GRANDE/MA AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE-051/2024-CPC/PMVG PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07692.2024

O Município de Vargem Grande/MA, através da Secretaria Municipal de Educação, torna pública a **RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PE-051/2024-CPC/PMVG - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 0101.07692.2024**, tendo como objeto: registro de preços, visando a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, em apoio as atividades das secretarias municipais de Vargem Grande (MA). Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, publicado no **Diário Oficial do Município**, número 1564/2024, Caderno de Terceiros em 03 de Setembro de 2024, página 9, no **Diário Oficial do Estado**, na página 25, Quarta – feira Caderno de Terceiros e no **Jornal Pequeno**, Política, página 4, no dia 04 de Setembro de 2024. Atendendo aos princípios que norteiam a Administração Pública, em face da modificação extremamente necessária por erro dos quantitativos quanto lançados na plataforma, configurando divergências entre o Edital e seus anexos e a plataforma Licitamais. Tendo em vista que a alteração supracitada interfere na elaboração da proposta fica prorrogado até o dia 03 de Outubro. HORÁRIO: 09h00min. **As demais informações continuam inalteradas.** LOCAL/SITE: <https://licitamaisbrasil.com.br/> e <https://www.vargemgrande.ma.gov.br/>. Quaisquer informações através do Tel.: (98) 3461-1103/ (98) 3461-1201 / e-mail: [vargemgrande.licitacao@gmail.com](mailto:vargemgrande.licitacao@gmail.com) e/ou na sala da Comissão Permanente de Licitação - CPL, situado na Rua Dr. Nina Rodrigues, 20, Centro, Vargem Grande/MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). Vargem Grande - MA, 17 de Setembro de 2024. VIVIA SILVA FORTES BEZERRA - Secretária Municipal de Educação.

### ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARUÁ AVISO DE LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2024

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Paruá – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E MATERIAL PERMANENTE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ATRAVES DOS PLANOS DE AÇÕES ARTICULADAS-PAR Nº 8267/2012 E Nº 201405710), CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO COM CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO CADERNO DO FNDE. A sessão será realizada através do Portal de Compras do Governo Federal, pelo endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sendo conduzida pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) desta Prefeitura Municipal, com data de abertura agendada para o dia **02 de outubro de 2024 às 09h00**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no prédio onde funciona o Departamento de Licitação, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:59 horas, ou através do Portal da Transparência do Município pelo endereço [www.santaluziadoparuá.ma.gov.br](http://www.santaluziadoparuá.ma.gov.br), ou ainda pelo endereço Portal de Compras do Governo Federal, <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Santa Luzia do Paruá - MA, 17 de setembro de 2024. Sebastiana de Kassia Santos Freitas – Secretária Municipal de Educação.